



REPÚBLICA
PORTUGUESA

CULTURA

cult
alg

Direção Regional de
Cultura do Algarve

Proc.º SIULisses n.º CS: 198153

Arquivo DRCAlg n.º: VRS/

Assunto: Proposta de abertura de procedimento de classificação do Túmulo Megalítico de Santa Rita (Vila Real de Santo António) – Monumento Nacional.

Imóvel: Túmulo Megalítico de Santa Rita

Localização: Santa Rita, Freguesia de Vila Nova de Cacela, Vila Real de Santo António

Proponente/Requerente: Direção Regional de Cultura do Algarve

Servidão Administrativa: Inexistente

Documento n.º CS: 1401077

Parecer/Informação DRCAlg n.º 190974

Data: 04/12/2019

Técnico: Frederico Tátá Regala (Arqueólogo)

A Diretora-Geral do Património Cultural

Concordo.
Determino a abertura do
procedimento de classificação.

Paula Araújo da Silva

2020 01/30

Paula Araújo da Silva

A Diretora Regional de Cultura

PAULA ARAÚJO DA SILVA
Diretora-Geral

Proporho a abertura de procedimento classificatório do Túmulo Megalítico de Santa Rita como Monumento Nacional, de acordo com o parecer do DSBC.

Adriana Freire Nogueira
12/12/2019

Adriana Freire Nogueira
Diretora Regional

Adriana Nogueira

O Diretor de Serviços dos Bens Culturais

Concordo. Deve-se propor à DRPC a abertura do procedimento classificatório do Túmulo Megalítico de Santa Rita, visando a classificação do monumento com a categoria de Monumento Nacional, atenta a classificação anteriormente atribuída aos túmulos megalíticos de Nova e Marcela, que fazem parte do mesmo conjunto megalítico, com a categoria de MN, no âmbito de 16/06/1910.

Rui Parreira

Rui Parreira
05/12/2019

Direção Regional de Cultura do Algarve

Rua Professor António Pinheiro e Rosa, n.º 1, 8005-546 FARO

TEL 289 896 070 FAX 289 896 071 EMAIL geral@culturalg.pt www.culturalg.pt



1. Enquadramento:

- Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural;
- Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, que estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda e respetivas alterações (D.L. n.º 115/2011, de 5 de dezembro e D.L. n.º 265/2012, de 28 de Dezembro;
- Decreto-Lei n.º 115/2012 de 25 de maio, que cria a Direção-Geral do Património Cultural;
- Portaria n.º 223/2012 de 24 de julho, que estabelece a estrutura nuclear da Direção-Geral do Património Cultural;
- Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio, que cria as Direções Regionais de Cultura;
- Portaria n.º 227/2012 de 3 de agosto que estabelece a estrutura nuclear das Direções Regionais de Cultura
- Lei n.º 75 de 12 de Setembro de 2013

2. Antecedentes:

A classificação do túmulo megalítico em referência foi anteriormente proposta pela Câmara Municipal de Vila Real de Santo António (Of. 2017/452, de 27 de Janeiro), mas acabaria por não ter seguimento no prazo legalmente estabelecido (n.º 1 do Art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 309/2009) – CS 156352.

3. Proposta:

Atendendo à relevância arqueológica do monumento em questão, propõe-se agora à DGPC a abertura de respectivo processo de classificação, sendo de considerar justificável a atribuição do grau de Monumento Nacional, em conformidade com o exposto na documentação anexa, com o Requerimento Inicial, Memória Descritiva e peças gráficas, adaptadas a partir das originalmente preparadas pela arqueóloga Catarina Oliveira (Câmara Municipal de Vila Real de Santo António). Considera-se que os conteúdos das peças referidas cumprem com os requisitos estabelecidos no Artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro.

À consideração superior

O Técnico Superior

Frederico Tátá Regala

Arqueólogo